

 <https://doi.org/10.20336/rbs.1200>



A sociedade da saúde mental

The mental health society

La sociedad de la salud mental

Alain Ehrenberg* 

Traduzido por:

Elton Corbanezi** 

RESUMO

Neste ensaio^{1,2} inédito baseado em *La société du malaise*, Alain Ehrenberg argumenta que a saúde mental constitui sociologicamente menos uma exigência de saúde do que uma linguagem para expressar conflitos e tensões próprios das sociedades contemporâneas, nas quais a autonomia se tornou uma norma social. Para expor sua perspectiva descritiva, Ehrenberg inicialmente refuta o que denomina abordagens normativas, segundo as quais os problemas de saúde mental na atualidade residem no enfraquecimento dos laços sociais e no aumento do individualismo. Em seguida, Ehrenberg aborda as representações coletivas da autonomia individual. Para o autor, entre o pós-guerra e os anos 1970, no contexto ainda da sociedade disciplinar, a autonomia era uma aspiração coletiva; a partir da década de 1980, ela se torna uma condição comum. Dessa forma, se na sociedade disciplinar a patologia é associada à culpabilidade, na sociedade da autonomia ela se expressa por meio da incapacidade de ação, o que implica uma transformação da perspectiva tradicional da psiquiatria em direção à sociedade da saúde mental. Por fim, em oposição à perspectiva sociológica dominante fundamentada na ideia de patologia social, o autor sustenta

* Centre national de la recherche scientifique (CNRS), Paris, França.

Diretor de pesquisa emérito do CNRS, membro titular do laboratório Centre de recherche médecine, sciences, santé, santé mentale, société (Cermes3) e autor de *Le culte de la performance* (1991), *L'individu incertain* (1995) e *La fatigue d'être soi : dépression et société* (1998), entre outros livros.

** Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil.

Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMT. Pesquisador associado do Cermes3 (Paris, França). Bolsista de Produtividade do CNPq – Nível C.

¹ Este texto foi apresentado pelo autor no evento “Le complexe d’Oedipe à la lumière de la clinique contemporaine en psychopathologie”, realizado nos dias 14 e 15 de março de 2024, na Université de Caen Normandie, França. O texto é inédito e sua tradução para publicação em língua portuguesa foi devidamente autorizada pelo autor [N.T.].

² As ideias apresentadas se baseiam essencialmente em Ehrenberg (2010).

que, na sociedade da autonomia, a saúde mental é uma linguagem utilizada tanto para enunciar e comunicar aspectos positivos e negativos da vida em sociedade quanto para compreender os males pessoais como problemas sociais comuns e agir sobre eles.

Palavras-chave: saúde mental, sociedade contemporânea, autonomia, linguagem.

ABSTRACT

In this previously unpublished essay based on *La société du malaise*, Alain Ehrenberg argues that, from a sociological standpoint, mental health constitutes less a health demand than a language for expressing the conflicts and tensions inherent to contemporary societies, in which autonomy has become a social norm. In setting out his descriptive perspective, Ehrenberg begins by refuting what he terms normative approaches, according to which present-day mental health issues stem from the weakening of social bonds and the rise of individualism. He then turns to collective representations of individual autonomy. For the author, between the post-war period and the 1970s, in the context of what was still a disciplinary society, autonomy was a collective aspiration; from the 1980s onward, it became a common condition. Thus, whereas pathology in a disciplinary society was associated with guilt, in a society of autonomy it is expressed as an incapacity to act, marking a shift from traditional psychiatric perspectives towards a society of mental health. Finally, in opposition to the dominant sociological perspective grounded in the notion of social pathology, the author contends that, in the society of autonomy, mental health operates as a language used both to enunciate and communicate the positive and negative aspects of life in society and to comprehend personal afflictions as shared social problems and act on them.

Keywords: mental health, contemporary society, autonomy, language.

RESUMEN

En este ensayo inédito basado en *La société du malaise*, Alain Ehrenberg argumenta que la salud mental constituye, desde el punto de vista sociológico, menos una exigencia de salud que un lenguaje para expresar los conflictos y tensiones propios de las sociedades contemporáneas, en las que la autonomía se ha convertido en una norma social. Para exponer su perspectiva descriptiva, Ehrenberg refuta inicialmente lo que denomina abordajes normativos, según los cuales los problemas de salud mental en la actualidad residen en el debilitamiento de los lazos sociales y en el aumento del individualismo. Posteriormente, Ehrenberg se ocupa de las representaciones colectivas de la autonomía individual. Para el autor, entre la posguerra y los años 1970, en el contexto aún de la sociedad disciplinaria, la autonomía era una aspiración colectiva; a partir de la década de 1980, se convierte en una condición común. De este modo, si en la sociedad disciplinaria la patología se asocia a la culpabilidad, en la sociedad de la autonomía se expresa a través de la incapacidad de actuar, lo que implica una transformación de la perspectiva tradicional de la psiquiatría hacia la sociedad de la salud mental. Por último, en oposición a la perspectiva sociológica dominante basada en la idea de la patología social, el autor sostiene que, en la sociedad de la autonomía, la salud mental es un lenguaje utilizado tanto para enunciar y comunicar aspectos positivos y negativos de la vida en sociedad como para comprender los males personales como problemas sociales comunes y actuar sobre ellos.

Palabras clave: salud mental, sociedad contemporánea, autonomía, lenguaje.

Nada nos é mais estranho do que aquilo que pareceria outrora tão desejável: a paz da alma.

Friedrich Nietzsche, *O crepúsculo dos ídolos*, 1889.

Em *A moral sexual 'civilizada'*, publicado em 1908, Freud discute as relações entre a civilização e a doença nervosa: ele responsabiliza essa moral [sexual civilizada] pela “doença nervosa que se espalha tão rapidamente em nossa sociedade contemporânea” (Freud, 2010, p. 3). Ele observa que os pacientes que a ela sucumbem provêm frequentemente de famílias de origens modestas que ascendem rapidamente na escala social. Isso “torna o médico pensativo” quando ele escuta em seu consultório: “Nós gostaríamos de ser algo melhor do que podíamos ser em razão de nossa proveniência” (p. 3). Freud destacava um mal-estar individual ligado a ideais sociais, coletivos e comuns de mobilidade e de autorrealização que não eram ainda muito difusos na sociedade da época, uma sociedade de separação e de hierarquia de classes, com relações muito formais, em que aquele que ascende é frequentemente considerado como um “arrivista”.³ No entanto, ele não se detém muito sobre esse ponto que me parece totalmente essencial. Essencial na medida em que a aspiração a ser algo melhor do que sua proveniência se democratizou, tornando-se generalizada, a partir do segundo pós-guerra. Esse mal-estar tem, portanto, uma dimensão coletiva que diz respeito a nossas maneiras de pensar e agir em nossa sociedade. Ele se exprime atualmente através dos problemas reunidos sob o qualitativo “saúde mental” e o de sofrimento psíquico que lhe é associado.

Proponho uma breve análise sociológica sobre a importância crescente adquirida recentemente por esses problemas, isto é, sobre suas significações sociais na sociedade individualista contemporânea. Se a saúde mental é hoje uma questão importante de saúde pública, como se repete constantemente, ela é também, ao contrário do câncer, por exemplo, uma linguagem que nos permite formular as tensões morais de nossa sociedade relativas às perturbações da socialização da pessoa – isto é, da pessoa enquanto pessoa – e agir sobre elas por meio de múltiplas práticas.

³ O termo original em francês é “parvenu”, que significa “quem obteve rapidamente uma importante situação social, sem adquirir as maneiras, o tom, o saber prático [*savoir-faire*]” (Le Petit Robert, 2001). O termo provém do vocábulo “parvenir”, que quer dizer chegar em determinado ponto, alcançar algo. Um sinônimo em francês para “parvenu” é, dessa forma, “arriviste”, que designa “pessoa sem escrúpulos que quer obter sucesso no mundo a qualquer custo” (Le Petit Robert, 2001) e pertence igualmente ao léxico da língua portuguesa [N.T.].

Essa análise sociológica será realizada em três partes. Primeiro, apresento interpretações sociológicas em termos normativos, às quais oporei uma abordagem descritiva. Em seguida, exponho o contexto de desenvolvimento da saúde mental, a saber, a ascensão e a difusão das representações coletivas da autonomia individual. Esse contexto tem por consequência o fato de que tudo o que concerne à subjetividade individual passe ao primeiro plano das preocupações sociais e políticas. Concluo mostrando que tipo de linguagem é a saúde mental e que tipo de atitude coletiva subjacente ela encarna.

Abordagem normativa ou descritiva?

O debate sociológico, e também político, volta-se às relações entre a generalização da preocupação com a saúde mental e as transformações das normas sociais, isto é, aborda as significações sociais desses sofrimentos e a natureza da sociedade em que se desenvolvem. É que as questões de saúde mental e de sofrimento psíquico são empregadas, desde os anos 1970, para formular uma crítica da sociedade: fala-se de declínio do laço social [*lien social*], de fragilização dos laços sociais, de crise da solidariedade coletiva, de precarização da existência, de privatização da vida. Esse debate se apresenta sob o rótulo de patologia social.

A partir dos anos 1970, um novo mal-estar na cultura é, de fato, proclamado, apoiando-se na observação de psicanalistas que sugerem haver muito menos questões de neurose no sentido freudiano do que patologias narcísicas. Estas, ao contrário das neuroses clássicas, não põem em questão o conflito entre o Superego, que é proibitivo, e o Id, mas entre o Eu e o ideal do Eu. Este último diz respeito ao narcisismo, o ideal do que se gostaria de ser. Com o narcisismo, lê-se no argumento de uma revista de psicanálise dedicada a “casos difíceis” em 1990, “a psicanálise parece evoluir em direção a uma teorização da insegurança mais do que da interdição” (Baranés; Rabain, 1990, p. 308). Os psicanalistas observam que os pacientes são afetados por uma insegurança interior contínua. Eles consideram se tratar mais de uma clínica da idealidade do que de uma clínica da interdição. O psiquiatra Christian Vasseur (2003, p. 24), na época presidente da Associação Francesa de Psiquiatria, em um relatório preparatório aos Estados Gerais

da Psiquiatria.⁴ que aconteceu em 2003, afirma: “O fio condutor desse relatório e de seus complementos é destacar o que contribui para a desvinculação [*déliaison*], para a degradação do laço [*lien*], para a sua desvitalização, por insuficiência de referências, identidades, estruturas e nomações”. A questão dos laços não se colocava nas neuroses clássicas, tampouco as questões de identidade. Há aí uma mudança de “orientação emotiva” das nossas sociedades, para usar os termos de Carlo Ginzburg. A que se deve isso?

Toda uma sociologia e uma filosofia que se pode chamar de normativas, no sentido de que acusam as novas normatividades da vida social, vão se apoiar sobre essas observações. Elas afirmam que o homem público declina em favor do homem privado. Por conseguinte, a sociedade se encontra invadida pelo eu dos indivíduos e os laços sociais perdem a sua força.

A partir dessa categoria de patologias, o historiador Christopher Lasch, por meio de *A cultura do narcisismo*, publicado nos Estados Unidos em 1979 (um enorme sucesso intelectual e comercial), lança, junto a outros ensaístas, a ideia de que o indivíduo se tornou narcisista. A candidatura desse conceito psicanalítico à sua eleição como conceito sociológico foi, desde então, aceita com uma bela unanimidade: um amplo consenso moral e social sobre o individualismo se forjou para afirmar que Édipo deu lugar a Narciso. Com o Superego se enfraquecendo, o homem se torna sem gravidade, para retomar o título do livro do psicanalista Charles Melman publicado em 2002 – a fórmula resume a ideia geral. O filósofo Marcel Gauchet (que homenageia Lasch) considera que um “individualismo de *desvinculação* ou de *desengajamento*” causa as “patologias do vazio interior” (Gauchet, 1998). O fundamento da tese se reduz a uma proposição: as personalidades estão hoje mais desorganizadas do que ontem em razão de uma aceleração da dinâmica de individualização que não é mais temperada pela coerção social que matinha os indivíduos, nem pelo conflito psíquico que os estruturava. O cadeado da obrigação social teria sido quebrado.

Para resumir o estado de espírito, eu diria que não se trata mais de liberar o indivíduo das coerções que o impediam de se tornar ele próprio, mas de afastá-lo das seduções mórbidas dos ideais que o obrigam a tornar-se ele

⁴ *États généraux de la psychiatrie* é uma assembleia nacional que reúne profissionais da área, usuários e atores da sociedade civil para discutir questões relacionadas à saúde mental e à psiquiatria e submeter propostas de reformas ao governo. O texto se refere ao *États généraux de la psychiatrie* que aconteceu em junho de 2003 em Montpellier, na França [N.T.].

próprio. Do impedimento a se tornar si mesmo à obrigação de fazê-lo, esse deslocamento teria engendrado uma nova subjetividade.

Se não há nenhuma razão para contestar as mudanças na psicopatologia constatadas pelos clínicos, há, em contrapartida, motivos para contestar a interpretação sociológica avançada, isto é, a do enfraquecimento dos laços sociais e da perda de força da vida comum. Isso implica esclarecer o que se fala quando se fala de laços sociais ou de vida comum.

As abordagens normativas repousam sobre uma confusão entre indivíduo e individualismo já notada por Émile Durkheim (1858-1917), a qual leva a opor o indivíduo e o coletivo, quando se trata de duas faces da mesma moeda. Ela consiste no seguinte: pronuncia-se a palavra “individualismo” como se se tratasse de algo individual, quando, na verdade, se trata de um *espírito comum*. Em 1898, em *Os intelectuais e o caso Dreyfus*,⁵ Durkheim (2002, p. 9) escreve que é preciso parar de confundir individualismo com egoísmo ou utilitarismo: “O individualismo [...] é a glorificação não do Eu, mas do indivíduo em geral. Ele tem por motivação não o egoísmo, mas a simpatia [...]”. Só é possível sentir simpatia por cada ser humano se o consideramos como um semelhante. Durkheim (2002, p. 15) acrescenta um ponto decisivo: “Uma semelhança verbal pôde fazer crer que o *individualismo* derivava necessariamente de sentimentos *individuais*, portanto egoístas. Na verdade, a religião do indivíduo é uma instituição social [...]”. É uma instituição, isto é, um espírito comum na medida em que impregna as ideias, os valores e as normas, pois se caracteriza pela formação de uma ordem social fundada na liberdade e na igualdade de cada um, formação que possui evidentemente uma história. Todas as sociedades dão lugar ao individual, isto é, ao particular, que elas tratam de múltiplas maneiras, mas apenas as nossas sociedades são individualistas, pois o indivíduo é nela normativo, é um valor baseado na liberdade e na igualdade de cada um. É o espírito comum de nossas sociedades. É preciso distinguir o indivíduo empírico, que existe em toda sociedade, e o indivíduo como valor, que caracteriza a nossa. Nas sociedades tradicionais, a interdependência entre os humanos se mostra na hierarquia (de castas, de linhagem etc.). Nas nossas sociedades, ela não desaparece, mas é subordinada em termos de valor à independência dos indivíduos. Daí o sentimento de que ela pode desaparecer. Durkheim (1924,

⁵ O autor se refere ao texto “L’individualisme et les intellectuels”, de Émile Durkheim (2002), em que o tema do individualismo é abordado a partir do caso Dreyfus [N.T.].

p.100) afirma isso em 1906: “O sentimento de obrigação varia sem cessar e, se se perde de vista esta variabilidade, pode-se se acreditar, por vezes, que ele desaparece, simplesmente porque se modifica. É o que acontece hoje na sociedade francesa”.⁶ Vê-se que o tema é recorrente.

A ideia de que a sociedade faz sofrer é uma ideia social, não uma ideia sociológica. Se é preciso, então, relativizar essas fórmulas para compreender o que se passa, em nossas sociedades individualistas de massa, com a saúde mental e o sofrimento psíquico, essas fórmulas sugerem que essas questões recorrentes nos dizem algo sobre nós mesmos como sociedade, como associação humana em relação ao funcionamento e ao valor de nossas relações sociais.

Mas o quê? E como? É o que convém precisar.

A ascensão das representações coletivas da autonomia individual: de aspiração coletiva à norma comum

Pode-se resumir a mudança da seguinte forma: no decorrer dos anos 1960-1970, passamos de uma sociedade que regula os comportamentos por meio da disciplina para uma sociedade que os regula com referência à autonomia. Se a patologia da disciplina é ligada à culpabilidade, a da autonomia se manifesta na incapacidade de agir. A questão comum era do tipo: o que me é permitido fazer? Doravante, ela é a seguinte: o que eu sou capaz de fazer? É o que têm observado os psicanalistas com as patologias narcísicas e os sintomas de insegurança interior relacionados à angústia de não estar à altura.

A autonomia deve ser abordada em dois tempos. Primeiro, ela se torna uma aspiração coletiva entre o segundo pós-guerra e os anos 1960-1970, depois uma condição comum a partir dos anos 1980.

A autonomia-aspiração se caracteriza pelos valores de independência, de realização pessoal, de propriedade de si, de inovação, de escolha, mas também de igualdade, sendo a igualdade homem-mulher o tema central. Com a autonomia, a sociedade se torna individualista, um individualismo

⁶No original, o autor se refere ao capítulo “Détermination du fait moral” (Durkheim, 1924). No entanto, a citação se encontra no capítulo “Réponses aux objections”, na seção “Le sentiment de l’obligation. Le caractère sacré de la morale”, que compõe igualmente a obra *Sociologie et Philosophie*, de Durkheim (1924) [N.T.].

de tipo expressivo. É o momento em que a aspiração a se tornar melhor do que sua proveniência começa a se difundir massivamente. E é no decorrer desse período que a psicanálise se difunde na França. Ela conhece o auge de sua popularidade nos anos 1970.

A partir dos anos 1980, a autonomia se torna progressivamente a condição comum e começa a impregnar o conjunto de relações sociais em um novo contexto, o da globalização. A autonomia como condição se caracteriza inicialmente pelo aprofundamento da dinâmica de emancipação dos costumes – escolha, desenvolvimento pessoal etc. Pensemos no casamento para todos ou na mudança de sexo como direito humano. Em seguida, na valorização da ação, da iniciativa e da responsabilidade individuais. A autonomia se tornou normativa. Se a fase da autonomia-aspiração era uma “revolução expressiva”, a da autonomia-condição é uma revolução da ação individual, ou seja, de uma sociedade em que se espera que cada um seja ator de sua carreira profissional tanto quanto de sua doença. Como ressaltou o sociólogo Abram de Swaan (1990), nossas sociedades passaram da forma do comando por ordens (*command by order*), que permite coordenar a ação a partir de um centro organizador, à forma do comando por negociação (*command by negotiation*), que assegura a cooperação entre as pessoas. A autonomia não significa apenas independência; ela é, ao mesmo tempo, aprendizagem da cooperação em relações sociais mais flexíveis do que as da regulação disciplinar. É a reviravolta pessoal do individualismo.

Com efeito, com a autonomia, se produz e se desenvolve o que Norbert Elias (1969) chamou de “relaxamento controlado dos controles”, caracterizado ao mesmo tempo por uma informalização das relações e por uma experimentação mais frequente que implica uma insegurança estrutural. Esse relaxamento se caracteriza por um duplo movimento de crescimento de autocontroles emocionais e de capacidade de exprimir suas emoções.

Nesses deslocamentos, a capacidade de se afirmar de maneira apropriada se torna um elemento central da socialização em todos os níveis da hierarquia social. Essa mudança do regime da autonomia modifica as relações entre o agente e a ação: cresce a responsabilidade do agente sobre sua própria ação. A consequência é que tudo o que diz respeito ao comportamento ou à subjetividade individual, ou seja, à personalidade, torna-se uma preocupação social primordial.

Uma linguagem para formular as tensões morais da autonomia e agir sobre elas

A importância da saúde mental reside no fato de que a autonomia evidencia tudo o que concerne à subjetividade individual, a desenvolve ou atinge, na medida em que esta está intimamente ligada ao poder de agir – o que não se aplica ao caso da obediência mecânica. Esse tipo de relações sociais implica um grau de autocontrole e de expressão das emoções que nossas sociedades não conheciam antes dos anos 1970-1980, na medida em que elas regulavam as condutas especialmente por meio de práticas disciplinares, sendo a autonomia um valor subordinado. Mas, por que a saúde mental é, de um ponto de vista sociológico, uma linguagem para falar dos distúrbios da pessoa, os quais se tornaram uma preocupação primordial de saúde pública no contexto da autonomia normativa e sobre os quais se pretende agir?

A especificidade das patologias mentais na morbidade humana é que elas afetam ao mesmo tempo as ideias (delírio, alucinações), as emoções (como a angústia) e os sentimentos morais (como a vergonha e a culpabilidade). Essas são, para retomar a antiga expressão de Henri Ey, “patologias da liberdade” que afetam a socialização do indivíduo. Os sintomas dizem respeito aos aspectos mais fundamentais da vida em sociedade. Nesse domínio, a saúde e a sociabilidade do ser humano são inseparáveis. Deve-se considerar que o que nós, os modernos, chamamos de “patologias mentais” são perturbações funcionais da sociabilidade, que se nomeia falhas da socialização. Pode-se defini-las como perturbações da pessoa enquanto pessoa.

Já que a saúde mental concerne à socialização do indivíduo moderno e a seu eventual destino na vida, ela envolve elementos essenciais das sociedades individualistas, tais como o valor que se atribui a elas, a oposição entre doença e responsabilidade; ela suscita questões morais relativas ao bem e ao mal ou à justiça e à injustiça. Ao mesmo tempo, ela representa uma reconceitualização da saúde em geral: através dela, as contingências das relações sociais estão no cerne da saúde. Desse ponto de vista, a saúde mental designa sociologicamente a entrada das relações sociais na saúde.

É por isso que essas práticas são, ao mesmo tempo, maneiras de sustentar o ser moral para enfrentar a contingência das relações sociais e regular socialmente os comportamentos. Assim, através do vocabulário

onipresente das competências ditas emocionais, relacionais ou de saber-ser,⁷ competências explicitamente sociais, a saúde mental aparece como a condição da boa socialização de cada um – a necessidade de desenvolver essas competências nas crianças e nos jovens é objeto de injunções repetitivas. A competência é característica do relaxamento controlado dos controles.

Se a psiquiatria tradicional se desenvolve segundo um eixo que vai do patológico ao normal, a saúde mental se refere a um eixo sofrimento psíquico/bem-estar. Simultaneamente, a concepção de intervenção consiste em passar de uma abordagem em termos deficitários e de inadaptação a uma abordagem que valoriza as forças e os trunfos do indivíduo, seu potencial. Em vez de enfatizar as deficiências da pessoa a serem compensadas, convém estabelecer um acompanhamento que lhe permita tomar as decisões que lhe dizem respeito e desenvolver suas capacidades para fazê-lo.

Um dos mais poderosos ideais desta sociedade da autonomia-condição é o que chamo de ideal do potencial oculto,⁸ isto é, o indivíduo *capaz*, quaisquer que sejam suas dificuldades, de alcançar as realizações, transformando suas desvantagens [*handicaps*] por meio do apoio a um potencial a ser revelado. Esse ideal é a forma social *específica* pela qual populações diagnosticadas doentes, tratadas até então no seio de instituições que o sociólogo norte-americano Erving Goffman chamou, nos anos 1960, de “instituições totais”, se tornaram indivíduos capazes de alcançar realizações não apenas apesar do mal que os acomete, mas, às vezes, mais ainda, *graças* a ele. A figura de identificação deste ideal é o autista, que passou do extremo do atraso mental ao *status* de super indivíduo, por meio da promoção dos valores da “neurodiversidade”, em que a incapacidade se torna uma diferença positiva, uma capacidade de se conduzir por si mesmo de maneira específica, singular ou diferente. Passa-se de uma perspectiva patológico/normal, que era a da psiquiatria tradicional, à perspectiva trunfo/desvantagem [*handicap*], que é a da saúde mental.

Essas práticas de suporte moral e de regulação dos comportamentos são, assim, uma instituição social de nossa sociedade. Em outros termos, a

⁷ O autor utiliza a expressão *savoir-être*. Tal termo corresponde à expressão em língua inglesa *soft skills*, que designa habilidades e competências socioemocionais, comportamentais e interpessoais. Trata-se de habilidades complementares ao *savoir-faire* (*know-how*) que são atualmente valorizadas [N.T.].

⁸ Ver Ehrenberg (2018).

autonomia não é apenas, como pensa a perspectiva crítica, uma privatização da existência que tem como custo social o sofrimento de um indivíduo excessivamente responsabilizado; ela é objeto de novos modos de ação pública, de formas públicas de intervenção que auxiliam o indivíduo na aprendizagem da cooperação social.

O entrelaçamento de questões mentais e de questões sociais mostra que a saúde mental é, portanto, mais do que uma exigência de saúde; ela é uma linguagem do infortúnio e da contingência na qual se enunciam o fracasso e o sucesso, a justiça e a injustiça, o bem e o mal. É na linguagem da saúde mental que se expressam agora numerosos conflitos e tensões da vida em sociedade – veja-se o sofrimento no trabalho, por exemplo – e é em seu vocabulário que buscamos as razões e as maneiras de agir sobre eles. É através dela que compreendemos nossos males pessoais como males comuns. No jardim das espécies patológicas que a saúde mental reúne, encontramos uma linguagem para a forma individualista da inquietude humana, para o temor de que a necessária dissolução dos laços de dependência, sem a qual não há indivíduos livres e iguais, conduza a uma separação real. Elas são as “afecções eletivas”⁹ da sociedade do homem-indivíduo.

⁹ Tomo emprestada a expressão de Andras Zempléni (1988).

Referências

- Baranés, Jean-José, & Rabain, Jean-François. (1990). Argument (Les cas difficiles). *Revue française de psychanalyse*, 54 (2), 307-308.
- Durkheim, Émile. (2002). *L'individualisme et les intellectuels*. Les classiques des sciences sociales (édition électronique). Recuperado de: <https://scispace.com/pdf/l-individualisme-et-les-intellectuels-1vya75qnk5.pdf>
- Durkheim, Émile. (1924). Réponses aux objections. Le sentiment de l'obligation. Le caractère sacré de la morale. In É. Durkheim. *Sociologie et Philosophie*. Librairie Félix Alcan.
- Ehrenberg, Alain. (2010). *La Société du malaise*. Odile Jacob.
- Ehrenberg, Alain. (2018). Les exercices de l'autonomie : des rituels individualistes pour refaire son être moral? In A. Ehrenberg. *La Mécanique des passions. Cerveau, comportement, société* (pp. 211-258). Odile Jacob.
- Elias, Norbert. (1969). *Les Allemands*. Seuil.
- Freud, Sigmund. (2010). *La morale sexuelle «civilisée» et la maladie nerveuse des temps modernes*. Collection Sciences humaines. In libro veritas. Recuperado de http://m.philippesollers.net/PDF/SIGMUND_FREUD-La_morale_sexuelle.pdf
- Gauchet, Marcel. (1998). *La Religion dans la démocratie : Parcours de la laïcité*. Paris : Gallimard.
- Le Petit Robert. (2001). Arriviste. / Parvenu. In *Le Petit Robert : Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Dictionnaires Le Robert.
- Swaan, Abram de. (1990). *The management of normality: Critical essays in health and welfare*. Routledge.
- Vasseur, Christian. (2003). La psychiatrie et la relation soignante. *VST - Vie sociale et traitements*, 79(3), 22-24. <https://doi.org/10.3917/vst.079.0022>
- Zempléni, Andras. (1988). Entre 'sickness' et 'illness' : de la socialisation à l'individualisation de la maladie. *Social Science and Medicine*, 27 (11), 1171-1182. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(88\)90346-2](https://doi.org/10.1016/0277-9536(88)90346-2)

Recebido: 29 jan 2026.

Aceito: 18 mar. 2026.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)